



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**

**Contrato nº XX/2015
SEI nº 0005628-45.2015**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
TOCANTINS, E EMPRESA XXXXXXXXXXXXX, PARA
O FORNECIMENTO E A INSTALAÇÃO DE PISO
ELEVADO EM SALA DE DATA CENTER.**

A União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**, com sede Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conjunto 01, Lotes 01/02, Palmas/TO, inscrito no CNPJ sob o nº 05.789.902/0001-72, neste ato representado por seu Diretor-Geral — **Flávio Leali Ribeiro**, brasileiro, separado, portador do documento de identidade nº M 5.387.661 SSP/MG e do CPF nº 718.916.766/87 — e pelo Secretário de Administração e Orçamento — **Teodomiro Fernandes Amorim**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade nº 1.522.273 SSP/GO e do CPF nº 282.526.081-91 —, daqui por diante denominado CONTRATANTE, e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, com sede em XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXX, representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX SSP/XX e do CPF nº XXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico TRE/TO nº 27/2015, e a respectiva homologação, celebram o presente instrumento, nos termos das Lei Federal nº 8.666/1993 e 10.520/2002, do Decreto nº 5.450/2005, autorizado no Processo nº 0005628-45.2015 do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, que integra este instrumento como se dele fizesse parte e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para o fornecimento, instalação, fechamento e acabamento de piso elevado na sala que será utilizada para o Data Center, localizada no térreo do edifício da central de urnas eletrônicas, localizado na Quadra

203 Norte, ARNO 21, Alameda 08, Lote 01-C, Plano Diretor Norte, na cidade de Palmas/TO.

1.2 Os serviços serão executados em conformidade com as especificações, condições, proposta comercial da CONTRATADA e tudo o que consta do Pregão Eletrônico 27/2015, especialmente o Termo de Referência (Anexo I), que ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de sua transcrição.

1.2 O objeto do presente instrumento será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 Instalação de piso técnico elevado com 30 cm de altura em uma sala de 5,8m x 3,8m, aproximadamente 23m² de área de piso, destinada para instalação do Data Center secundário do Tribunal.

2.2 Deverão ser compostas de um sanduíche formado por duas chapas de aço carbono, unidas por processo de solda multipontos.

2.3 As placas deverão ter tamanho aproximado de 60x60x3cm, devendo possuir tratamento antiferruginoso, por dentro e por fora, por imersão em tanque composto por Fósforo e Zinco e pintura eletrostática epóxi.

2.4 Preenchido com concreto celular de alta resistência.

2.5 A face inferior da placa deverá possuir repuxos; Os quatro cantos inferiores da placa deverão possuir repuxos conformados a frio para apoio e encaixe positivo nos pedestais sem obrigatoriedade de uso de parafusos de fixação e travamento. Nestes repuxos deverão estar localizados furos conformados a frio para encaixe de parafusos auto-travantes.

2.6 O piso deverá ter acabamento em formipiso bizotado na cor cinza claro, em padrão a ser apresentado previamente para análise e aprovação do Contratante.

2.7 O suporte das placas deverá ser pelo sistema sem contraventamento, as placas encaixam-se nos suportes telescópicos rosqueável de altura regulável que poderá chegar até a 40 cm.

2.8 Resistência das placas: mínimo de 450kg de carga concentrada e 1250kg/m² de carga distribuída. Resistência ao tráfego de pedestres, às cargas concentradas de pés de mobiliário, a esforços de rodízios de cadeiras e ao peso de mobiliário.

2.9 Total intercambiabilidade: as placas podem ser recolocadas em qualquer ponto sempre com encaixes perfeitos. Ausência de desníveis por diferença nas dimensões e espessuras das mesmas.

2.10 O suporte telescópico deve ser fixado ao piso; a colagem dos pedestais deve ocorrer por etapas de tal forma a garantir o ajuste das placas quando o adesivo utilizado não estiver com o processo de cura concluído.

2.11 A estrutura do piso deverá ser provida de bom contato para dar continuidade elétrica a todo o material metálico, garantindo, assim, a capacidade de aterramento, através de lingüetas. Um quarto (1/4) das placas deverão ser fornecidas com abertura lateral semi-circular de 60mm de raio, equidistante dos cantos, para passagem de tubulações e fiações, com proteção dos cortes para evitar danos aos cabos. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA no mínimo dois pares de agarradores para remoção de placas.

2.12 Deverá ser fornecido 10 pedestais para reforço com estabilidade, que serão instalados nos pontos sujeitos a cargas extra-pesadas.

2.13 Deverá haver sistema específico para apoio seguro, caso necessário, de painéis cortados ao longo do perímetro e provisão para parafusos de fixação das placas caso necessário.

2.14 Deverá ser prevista rampa de acesso com tamanho aproximado de 120 x 180cm, dentro da própria área da sala, construída em chapa de aço com revestimento na mesma cor do piso.

2.15 A resistência, a carga e o Padrão de Fabricação do piso elevado deverão estar em conformidade com a Norma ABNT/NBR 3385/91 para PISOS ELEVADOS. O piso elevado deverá ser instalado seguindo rigorosamente as recomendações do fabricante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. A CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA, pela execução do objeto contratado, o preço total de R\$ _____ (_____), do qual serão feitas as retenções devidas.

Parágrafo único - No preço estabelecido nesta cláusula estão incluídos todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor incidentes, direta ou indiretamente e despesas de quaisquer naturezas decorrentes da execução do presente contrato, sendo os valores fixos e irredutíveis.

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da Dotação **02.122.0570.20GP.0017** - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral TO, Elemento de Despesa 3.3.3.9.0.39.16– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo para execução dos serviços de fornecimento e instalação do piso elevado é de **30** (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho pela Contratada.

Parágrafo único - O serviço deverá ser executado em horário previamente acordado, no edifício da Central de urnas eletrônicas localizado na Quadra 203 Norte, ARNO 21, Alameda 08, Lote 01-C, plano diretor Norte na cidade de Palmas/TO.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência deste contrato é de **180** (cento e oitenta) dias, a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DO OBJETO

7.1. A CONTRATADA garantirá os serviços e materiais, no caso de defeitos de fabricação e montagem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do recebimento definitivo do objeto contratado.

7.2. O período de garantia será suspenso, a partir da constatação de defeito pelo Tribunal até a efetiva correção pela CONTRATADA.

7.2.1. Na hipótese de substituições de material, um novo período de garantia será iniciado somente para o item substituído, contando-se o prazo a partir da aceitação pelo Tribunal do novo material.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS DAS PARTES

8.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Fornecer e instalar o piso de acordo com todas as disposições constantes do Anexo I (Termo de Referência);
- b) Garantir os serviços e materiais pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do recebimento definitivo dos serviços;
- c) Fornecer mão de obra, equipamentos, ferramentas, fretes e todos os materiais necessários para a execução integral dos serviços contratados, mantendo seus funcionários uniformizados, devidamente identificados, dentro dos parâmetros das normas disciplinares do TRE/TO, não gerando qualquer vínculo empregatício com ele;
- d) Executar fielmente o objeto do presente contrato na mais perfeita conformidade com o estabelecido, comunicando imediatamente à

CONTRATANTE, por intermédio da Fiscalização, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo ou relevante à execução do contrato, sem prejuízo de prévia comunicação verbal dos fatos, caso a situação exija imediata providência por parte daquela;

- e) Designar preposto durante o período de execução dos serviços, informando nome, RG e CPF, bem como telefones fixo e móvel para contato, sendo que, nas ocasiões em que houver substituição, deverá ser indicado novo preposto, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, nos termos do primeiro;
- f) Observar, durante a execução do serviço, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes em vigor;
- g) Informar à FISCALIZAÇÃO a relação dos funcionários lotados na execução dos serviços (nome, RG e CPF), em caso de mudança informar ao contratante o fato para que o(s) novo(s) funcionário(s) sejam autorizado(s) a prestar os serviços nas dependências da CONTRATANTE;
- h) Não transferir, no todo ou em parte, a execução do serviço objeto do presente contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- i) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovando-as, a qualquer tempo, mediante solicitação da CONTRATANTE;
- j) Consentir durante a execução do contrato, que seja realizada fiscalização, atentando-se para as observações, solicitações e decisões da FISCALIZAÇÃO, desde que justificadas, não ficando, contudo, eximida de sua total responsabilidade sobre todos os serviços contratados;
- k) Refazer os trabalhos impugnados pela Fiscalização, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências;
- l) Responsabilizar-se por danos pessoais ou materiais causados diretamente por seus funcionários na execução deste contrato, decorrentes de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo;
- m) Manter, durante a contratação, endereço e telefone para contato permanentemente atualizados;
- n) Aceitar, nas mesmas condições ora avençadas, acréscimo ou supressão de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total atualizado do contrato, conforme disposto na Lei n.º 8.666/93, art.65, I, “b” e seus §§ 1.º e 2.º.

8.3. A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) promover, por intermédio do gestor designado, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- b) cumprir o disposto neste instrumento, bem como permitir o acesso aos locais de prestação dos serviços, fornecendo-lhes as informações indispensáveis à efetivação dos serviços;
- c) verificar se durante a vigência do contrato estão sendo mantidas todas as exigências, condições de habilitação e qualificação contratadas;
- d) efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no presente contrato.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO

9.1. O recebimento do objeto contratual, já executado, nos termos do art. 73, da Lei n.º 8.666/93, dar-se-á de modo:

- a) provisório, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 5 (cinco) dias a comunicação escrita da CONTRATADA; e,
- b) definitivo, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório, observado o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Competirá a servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo único – A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/1993, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente contrato poderá ser rescindido a juízo da CONTRATANTE, com base nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, especialmente quando esta entender, por motivo justificado, que a CONTRATADA não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas neste instrumento, independentemente da aplicação das penalidades previstas em cláusula específica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

13.1. O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula - se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º XX/2015, constante nos autos do processo eletrônico nº 0005628-45.2015, bem como à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento à licitante vencedora será efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, através de Ordem Bancária, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura em 01 (uma) via, devidamente atestada pela gestão/fiscalização do contrato.

14.2. A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária, além do número da nota de empenho.

14.3. Sobre as faturas incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a licitante vencedora isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com as faturas, cópia do comprovante respectivo.

14.4. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

14.5. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento da contratada os eventuais débitos, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

15.1. A CONTRATADA, em caso de inadimplência, e observado o regular procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência, sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;
- b) multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, por inexecução total ou parcial do objeto do contrato, ou inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas, ressalvado o direito à cobrança de perdas e danos;
- c) multa moratória diária, correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até atingir o limite de 10% (dez por cento), quando a CONTRATANTE considerará como inexecução parcial ou total da obrigação;
- d) impedimento de contratar com a União, bem como o descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002.

Parágrafo Primeiro - As multas previstas nas alíneas “b” e “c” poderão ser cumuladas com as penalidades das alíneas “a” e “d”.

Parágrafo Segundo – A multa, que será aplicada após regular procedimento administrativo, será descontada do pagamento devido pela Administração ou, na impossibilidade desta hipótese, deverá o valor correspondente ser recolhido pela CONTRATADA ao Tesouro, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do

recebimento da notificação. Inviáveis essas ocorrências, o valor da multa será cobrado judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Palmas, Seção Judiciária de Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E por estarem assim de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em meio eletrônico, no processo administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.

Palmas - TO, _____ de julho de 2015.

FLÁVIO LEALI RIBEIRO
Diretor Geral / TRE-TO

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM

Secretário de Administração e Orçamento / TRE-TO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante da Contratada